



## **Governador do Estado do Maranhão**

Carlos Orleans Brandão Junior

## **Secretária de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular**

Lília Raquel Silva de Negreiros

## **Secretária de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular em Exercício**

Amanda Cristina de Aquino Costa

## **Diretora da Escola dos Conselhos Elisângela Correia Cardoso**

Maria Gorete Sousa

## **Equipe Técnica Escola dos Conselhos Elisângela Correia Cardoso**

Ivana Márcia Moraes Braga (Supervisora)

Luís Carlos Cintra (Supervisor)

Flávia Gerusa Pinho Silva (Instrutora)

Liliane Maria Silva (Instrutora)

Pedro Vitor Ramos Araújo (Instrutor)

Iriana Telma Pinheiro Mendes (Assessora Sênior)

Maria Angélica Paixão Frazão (Assessor Sênior)

José Maria Pinto Coelho Neto (Assessor Técnico)

Sara Lília Silva Pereira (Assessora Técnica)

## **Equipe de Elaboração**

Pesquisa e redação: Ivana Márcia Moraes Braga; Flávia Gerusa Pinho Silva; Maria Gorete Sousa e Pedro Vitor Ramos Araújo.

SEDIHPOP/Escola dos Conselhos - Av. Jerônimo de Albuquerque, S/N, 1º Andar, Bloco A Edifício Clodomir Milet Calhau  
São - Luís/MA CEP: 65074-220.

[cursos.participa.ma.gov.br](http://cursos.participa.ma.gov.br)

Relatório de Gestão 2017-2022. SEDIHPOP/Escola dos Conselhos. São Luís, MA: 2023.

A reprodução do todo ou parte deste documento é permitida somente para fins não lucrativos e citada a fonte.

**Agradecimento, gratidão e reconhecimento  
por todas, todos e todes que construíram  
os primeiros quatro anos da Escola dos  
Conselhos Elisângela Correia Cardoso,  
construção coletiva, na inspiração do  
belo exemplo de Elisângela, na justa  
homenagem à Escola dos Conselhos.**

## **Com o Afeto das Canções (fragmento)**

Compositor: Joãozinho Ribeiro

Essas pedras no caminho não me impedem o passo

Todo corpo tem seu prumo seu próprio compasso

Se a história traça o rumo da humanidade

Com responsa, meu destino eu mesmo é que faço

Deixar que o mundo se dane não

Que o amor não nos abandone, em vão

Deixar que o mundo se dane não

Que o amor não nos abandone, em vão

Toda aranha tem na teia ciência e capricho

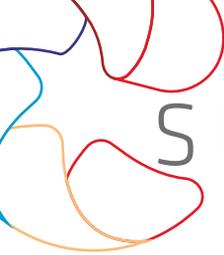
Toda abelha no seu mel doçura de bicho

Se no afeto das canções eu me embaraço

Preso fácil das paixões eu viro em teus braços

Deixar que o mundo se dane não

Que o amor não nos abandone, em vão



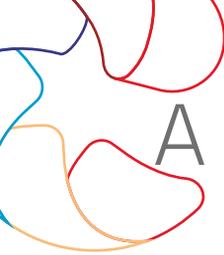
# SUMÁRIO

## **Apresentação**

2017 - Processo de implantação da Escola dos Conselhos no Maranhão	<b>7</b>
2018 – Início das ações formativas da Escola dos Conselhos no Maranhão	<b>9</b>
2019 – Consolidação do projeto político pedagógico	<b>21</b>
2020 – Estruturação da Educação a Distância	<b>30</b>
2021 – O desafio da educação no retorno às atividades presenciais	<b>33</b>
2022 – A formação como estratégia de enfrentamento às desigualdades socioambientais	<b>35</b>

## **Anexo**

1. Lei de Criação da Escola dos Conselhos Elisângela Correia Cardoso
2. Mapa do Maranhão com municípios de abrangência da Escola dos Conselhos Elisângela Correia Cardoso



# APRESENTAÇÃO

A Escola dos Conselhos Elisângela Correia Cardoso é um projeto pensado e executado por muitas mentes e mãos, e que passou por diversas reformulações ao longo do tempo, desde a sua discussão inicial junto ao movimento pela defesa dos direitos de crianças e adolescentes até os dias atuais, quatro anos após sua efetivação.

No Brasil, a experiência de criação de Escolas dos Conselhos está ligada a uma reivindicação histórica de conselheiros de direitos da criança e do adolescente, e conselheiros tutelares pela criação de espaços de formação continuada destes sujeitos para o exercício na defesa dos direitos humanos da infância e juventude. Com experiências exitosas nos estados de Mato Grosso do Sul, Pará, Pernambuco e Rio Grande do Sul, as discussões para a criação da Escola dos Conselhos no Maranhão partem deste desenho inicial, mas se amplia a partir do seu decreto de criação abraçando outros públicos dentro do universo dos conselhos de direitos e políticas públicas, bem como a população maranhense em geral.

Esta ampliação torna o trabalho da Escola dos Conselhos Elisângela Correia Cardoso até então único em comparação às demais Escolas com esta finalidade no Brasil. Este relatório traz as atividades desenvolvidas durante os quatro anos de experiência como maneira de prestar contas e informar a sociedade, estimulando o controle social das políticas públicas.

A organização do relatório é a partir das principais experiências pedagógicas e por ordem cronológica. Inicia por 2017 - processos de implantação da escola dos conselhos no maranhão; 2018 - início das ações formativas da escola dos conselhos no maranhão; 2019 - consolidação do projeto político pedagógico; 2020 - estruturação da educação à distância; 2021 - o desafio da educação no retorno às atividades presenciais; 2022 - a formação como estratégia de enfrentamento às desigualdades socioambientais.

**Equipe da Escola dos Conselhos  
Elisângela Correia Cardoso**

No Maranhão, uma das primeiras experiências de Escola de Conselhos foi viabilizada por meio do Projeto Civitas, desenvolvido pela Universidade Federal do Maranhão - UFMA e aprovado em edital nacional da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República - SEDH/PR e Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), em 2008, e novamente em 2010. O objetivo deste projeto era capacitar conselheiros/as de direitos e tutelares do estado do Maranhão para a formulação, avaliação e controle de políticas públicas voltadas para crianças e adolescentes.

Em 2017, a Associação de Conselheiros e Ex-conselheiros Tutelares do Estado do Maranhão - ACECTMA, em audiência com o poder legislativo estadual, apresentou propostas de fortalecimento dos conselhos tutelares, entre elas a criação da Escola de Conselhos, no âmbito do Governo do Estado. Em julho de 2017, a Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão - ALEMA entregou ao Governo do Estado do Maranhão a Indicação nº 422/2016 para o atendimento desta solicitação.

Em resposta à indicação, e em consideração à histórica demanda de formação continuada, trazida tanto

pelos Conselheiros Tutelares quanto pelos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente, bem como o avanço na política de participação popular no Maranhão, o Governador Flávio Dino o encaminhou à ALEMA o Projeto de Lei nº 276/2017, o qual foi aprovado. É importante ressaltar que o referido Projeto de Lei estrategicamente ampliou o caráter da Escola dos Conselhos, de maneira a promover uma política de formação continuada para conselheiros/as da área da criança e adolescente e também de outros conselhos e instâncias de participação popular.

Em novembro de 2017, foi publicada a Lei nº 10.714, que cria a Escola dos Conselhos, no âmbito da SEDIHPOP. Importante mencionar que o decreto nº 35.823 de maio de 2020 passou a alterar a denominação para Escola Elisângela Correia Cardoso, em memória da servidora pública estadual, defensora dos direitos humanos, em especial, de crianças e adolescentes no Estado do Maranhão.

No final de 2017, a SEDIHPOP realizou reunião com representantes do CEDCA e Conselhos tutelares, criou um grupo de trabalho interno para pesquisar e sistematizar um documento com reflexões em relação ao funcionamento

e projeto político pedagógico da Escola.

Em março de 2018, após nomeação da equipe, a Escola dos Conselhos inicia suas atividades. O primeiro desafio foi elaborar o projeto político-pedagógico para uma estrutura que não tem semelhança na administração pública. Assim, foi feito o resgate do documento elaborado anteriormente, realizadas reuniões

com áreas e sujeitos estratégicos, levantamento de demandas, de documentos, normativas, estudos e debates. Uma minuta de projeto político-pedagógico que foi sistematizada na SEDIHPOP e apresentada para consulta e contribuições durante reunião do Fórum Interconselhos. Esse documento é anualmente atualizado.

Em junho de 2018, foram iniciadas as atividades de formação da Escola dos Conselhos, com prioridade para os territórios e municípios que tem menos oportunidades de capacitação.

Ao longo do ano de 2018, foram realizados o Curso Básico em Controle Social e Participação Popular, Curso de Português para Estrangeiros e o Projeto Reconhecer, que contaram com a participação de 757 pessoas.

Nesse período, o público participante mais expressivo foi o de Conselheiros Tutelares, seguido de Conselheiros Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente, e Conselheiros Municipais de Assistência Social. Representantes do executivo e legislativo municipal também fizeram parte do público atendido. A representação de Organizações da Sociedade Civil nos municípios se fez na figura de lideranças de sindicatos e associações trabalhistas, marcada principalmente pela presença de Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, que foram grandes parceiros no processo de mobilização em muitos territórios. Outras organizações que demonstraram expressiva participação foram as Associações de Moradores e as Pastorais ligadas à Igreja Católica.

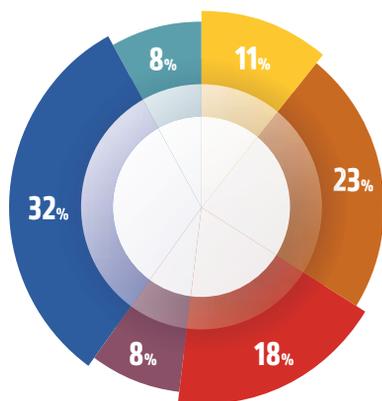
Dessa forma, a Escola dos Conselhos conseguiu alcançar 11 municípios maranhenses, a saber: Afonso Cunha; Balsas; Belágua; Governador Newton Bello; Guimarães; Itapecuru-Mirim; Rosário; Santo Amaro; Santa Filomena; Santa Rita e Viana, além da Região da Grande Ilha de São Luís, tendo como critérios de escolha a escassa oferta de formação com foco em controle de Políticas Públicas e a participação deste município nas ações do Plano Mais IDH. Do total de pessoas participantes, 45% não moravam na Região da Grande Ilha de São Luís.

A promoção de ações como o “Projeto Reconhecer”, o “Curso Básico em Controle Social e Participação Popular” e o acompanhamento e participação em outras ações da SEDIHPOP, foram importantes não apenas pelos seus resultados em si, mas também por darem o panorama do público que busca o tipo de formação oferecido pela Escola e direcionar a equipe a analisar e traçar estratégias para alcançar perfis distintos de participantes.

O Projeto Reconhecer, curso de formação em Educação em Direitos Humanos com carga horária de 100 horas, para 200 participantes, com cinco módulos: Módulo I - Direitos Humanos no Brasil;

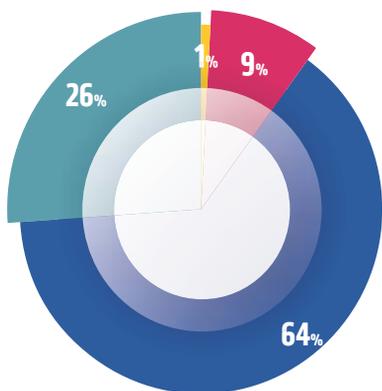
Módulo II – Democracia, Educação e Direitos Humanos; Módulo III – Preconceito, racismo e desigualdade no Brasil; Módulo IV – Gênero e Diversidade Sexual; Módulo V – Educação em Direitos Humanos. Atendeu agentes públicos, conselheiros/as de direitos, conselheiros/as tutelares, educadores/as

populares, representantes da sociedade civil organizada, profissionais de áreas jurídicas, comunicação e lideranças atuantes na rede de promoção, defesa e proteção dos direitos humanos para capacitação de multiplicadores/as em Direitos Humanos.



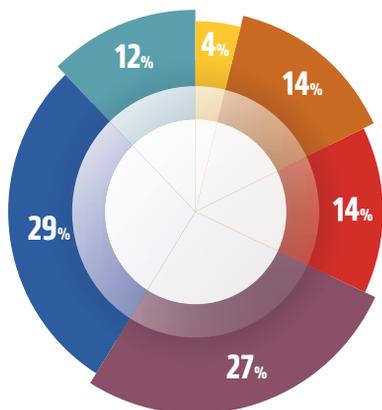
### Perfil da/o participante do Projeto Reconhecer:

- Funcionário(a) público (municipal, estadual ou federal);
- Militares de movimentos sociais, sindicatos ou ativista em ONG;
- Conselheiro(a) (tutelar, de direitos ou de políticas públicas);
- Estudante (secundarista, de curso técnico, de graduação e pós graduação);
- Professor(a) da rede pública ou privada;
- Outro.

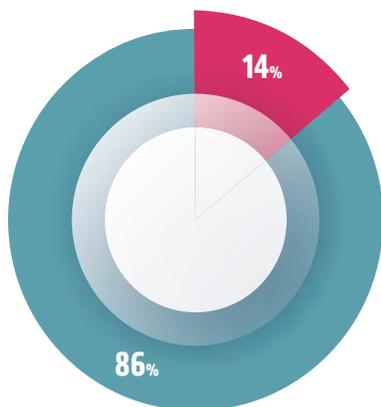


### Nível de escolaridade dos participantes:

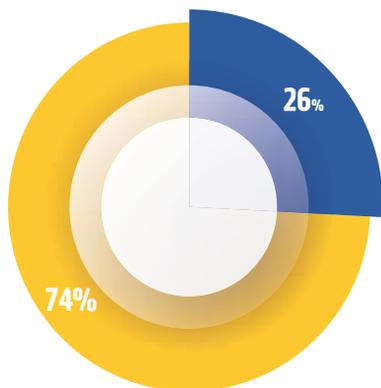
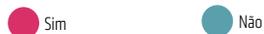
- Fundamental e Médio incompleto
- Médio Completo
- Superior Completo
- Outro



### Faixa Etária:

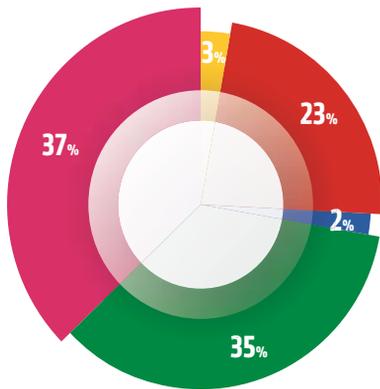


### Pessoa com deficiência:

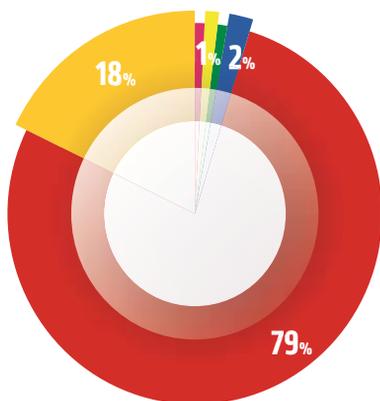


### Total de participação por segmento:





### Raça/Etnia dos participantes do projeto:



### Identidade de gênero dos participantes do projeto:

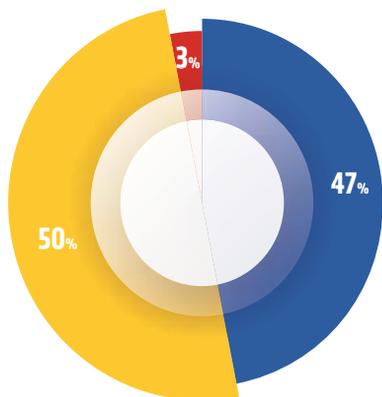


O “Curso Básico em Controle Social e Participação Popular” têm por objetivo promover formação que possibilite a apreensão dos fundamentos do estado democrático de direito, sociedade, direitos humanos, controle social das políticas públicas e participação popular para o exercício da cidadania ativa /para qualificar a intervenção da sociedade civil nos espaços de participação social. O primeiro ano iniciou com a carga horária de 90h/a em alternância de etapas, após avaliação o projeto foi reorganizado para 40h/a, com o seguinte conteúdo programático: fundamentos sobre

Estado, sociedade civil, direitos humanos e democracia; políticas públicas, controle social e participação popular, legislação e papel dos conselhos e orçamento público.

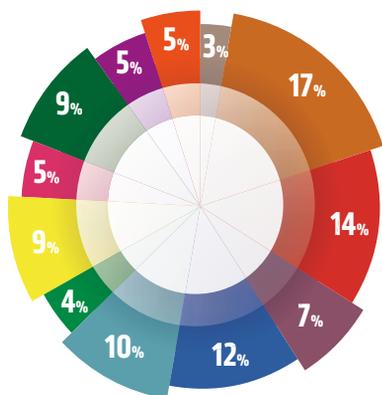
O curso é realizado com a parcerias de agentes locais como prefeituras municipais, sindicatos, conselhos tutelares, Comitês Mais IDH dentre outros.

Das ações realizadas ao longo do ano de 2018 - Curso Básico em Controle Social e Participação Popular, Curso de Português pra Estrangeiros e Projeto Reconhecer - participaram 757 pessoas.



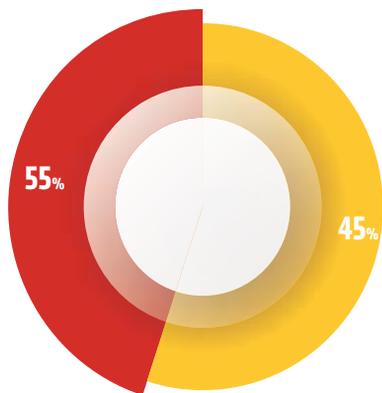
### Porcentagem de participantes por evento realizado

- Curso Básico
- Projeto Reconhecer
- Curso de Português para Estrangeiro



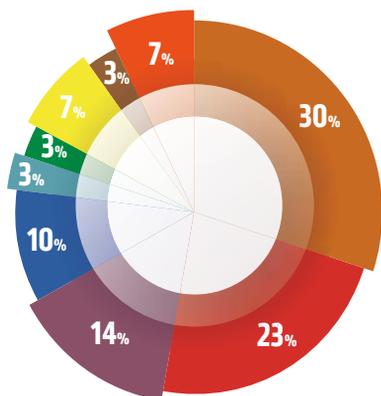
### Conselhos Participantes

- Conselho Tutelar
- Conselho da Pessoa Idosa
- Conselho da Saúde
- Conselho de Educação
- CONSEA
- Conselho de Igualdade Racial
- CMDC
- CMAS
- Comitê mais IDH
- CMDPCD
- FUNDEB
- Conselho da Mulher



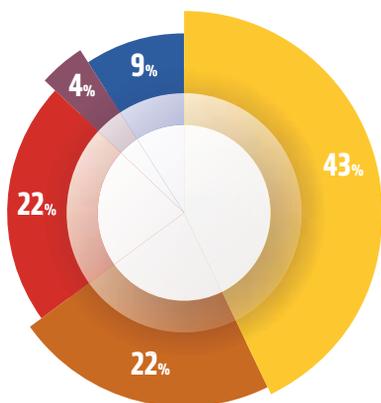
### Municípios atendidos que integram o Plano Mais IDH

- Fazem Parte
- Não fazem parte



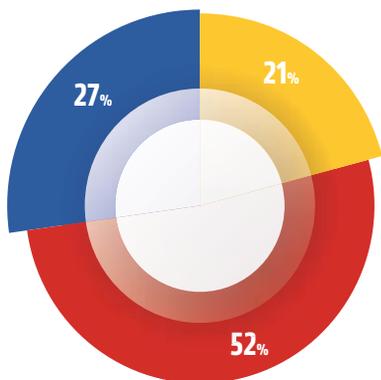
### Participação do Poder Público Municipal

- Assistência Social
- Educação
- Saúde
- Cultura
- Igualdade Racial
- Mulher
- Agricultura
- Juventude
- Legislativo Municipal



### Participação de representações da Sociedade Civil do Município

- Sindicatos e Associações Trabalhista
- Pastorais da Igreja Católica
- Associações de Moradores
- Igrejas Petencostais
- Gremios Esudantis



### Percentual total de participantes por segmento

- Conselhos
- Poder Público
- Sociedade Civil Organizada



Módulo Formativo do Curso de Português para Estrangeiros / Foto: Arquivo Escola dos Conselhos.



Cerimônia de encerramento, e entrega de certificados do Curso de Português para Estrangeiros / Foto: Arquivo Escola dos Conselhos.



A Diretora Maria Gorete Sousa, em momento formativo do Curso Básico em Controle Social e Participação Popular, no município de Itapecuru-Mirim – MA / Foto: Arquivo da Escola dos Conselhos.



Cursista em momento formativo do Curso Básico em Controle Social e Participação Popular, no município de Itapecuru-Mirim – MA / Foto: Arquivo da Escola dos Conselhos.



O Assessor Sênior Tainan Pereira, em momento de avaliação do Curso Básico em Controle Social e Participação Popular, no município de Itapecuru-Mirim – MA / Foto: Arquivo da Escola dos Conselhos.



Entrega de certificados aos participantes do Curso Básico em Controle Social e Participação Popular, no município de Belágua – MA, atendido pelo Plano Mais IDH / Foto: Arquivo Escola dos Conselhos.



Entrega de certificados aos participantes do Curso Básico em Controle Social e Participação Popular, no município de Afonso Cunha – MA, atendido pelo Plano Mais IDH / Foto: Arquivo Escola dos Conselhos.



A Professora Dayana Coelho, Instrutora Convidada, em momento formativo do Curso Básico em Controle Social e Participação Popular, no município de Governador Newton Bello – MA, atendido pelo Plano Mais IDH / Foto: Arquivo Escola dos Conselhos.



O então Secretário de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular, Francisco Gonçalves da Conceição, proferindo discurso de abertura no evento de lançamento do Projeto Reconhecer, no município de São Luís - MA / Foto: Arquivo Escola dos Conselhos.



Cursistas e convidados presentes no evento de lançamento do Projeto Reconhecer, no município de São Luís - MA / Foto: Arquivo Escola dos Conselhos.



A Professora Caroline Proner responde perguntas dos cursistas, em momento formativo do Módulo I do Projeto Reconhecer, no município de São Luis - MA / Foto: Arquivo Escola dos Conselhos.

Em 2019, a Escola dos Conselhos completou dois anos de atividade. Infelizmente, a conturbada situação nacional devido à crise política e econômica gerou desmobilização dos espaços de controle social e participação popular. Esse contexto favoreceu a proliferação de narrativas contrárias aos direitos humanos e aos direitos sociais básicos, culminando em casos de violações de direitos humanos e cortes orçamentários na administração pública, tornando mais complexa a atuação dos Conselhos de Direitos, de Políticas Públicas e Tutelares.

Ainda assim, a Escola dos Conselhos desenvolveu 57 ações formativas: 04 oficinas sobre Orçamento Público (16 h), 17 sessões de direitos humanos na tela (34 h), 09 edições do Círculo de Estudo (36 h), 04 módulos do minicurso Tópicos em Direitos Humanos (16 h), 01 Curso Temático sobre Educação Popular (8 h), 15 ações formativas do Curso Básico (284 h), 01 Curso Básico sobre Política da Pessoa com Deficiência (20 h), 06 ações de Curso Mediação de Conflitos (40 h), com total de 454 horas-aula.

O Curso de Mediação de Conflitos teve mais de 100 participantes e o estabelecimento de uma agenda mensal de formação com os Círculos de

Estudos. Persiste o desafio de ampliar as ações para mais territórios e garantir a continuidade aos processos formativos nessa temática.

O público total atendido, neste ano, foi de 1.485 pessoas, nas ações realizadas em 08 municípios: Belágua, Buriticupu, Buriți Bravo, Guimarães, São Luís, São José de Ribamar, Paço do Lumiar, Santa Filomena. Das 1.236 pessoas que preencheram o questionário referente ao perfil do cursista, 379 se identificaram como conselheiro/a. No atendimento total comparativo ao ano 2018, percebe-se um acréscimo de 91,17% no público atingido.

## PROJETO POLÍTICO- PEDAGÓGICO

A fim de que o projeto político-pedagógico (PPP) reflita os aprendizados das experiências adquiridas com as ações formativas realizadas nos diversos territórios, anualmente ele é revisitado e, por meio de avaliações coletivas, sua reelaboração é sistematizada. Desta forma, a primeira atualização deste Projeto se deu em dezembro de 2018, voltada tendo a reafirmação da Educação Popular enquanto escolha metodológica. A segunda avaliação do PPP, em dezembro de 2019, considerou, entre as

diversas atividades formativas realizadas pela Escola, a expansão das ações para outros territórios do Maranhão, em parceria com as prefeituras municipais, principalmente para a realização do Curso de Formação Básica de Conselheiros/as; e a oferta do Curso de Formação de Agentes em Mediação de Conflitos, destinado aos conselheiros pela paz de São Luís. Este ano também foi marcado pela organização do Catálogo de Cursos, a partir de sugestões recebidas de diversos setores.

Em 2020 e 2021, anos de aprofundamento da pandemia do novo Coronavírus, o distanciamento social e os protocolos sanitários restringiram a oferta de formações presenciais, o que acelerou a implementação da plataforma de cursos online. Em pouco tempo, a equipe precisou dominar as ferramentas digitais e metodologias EAD, oferecer cursos, testar conteúdos, formatos e novas estratégias de mobilizar o público.

A Escola dos Conselhos Elisângela Correia Cardoso nasce no contexto da institucionalização de uma política de participação popular e fruto do processo histórico de resistência dos movimentos populares, dos conselheiros de direitos e conselheiros tutelares, reafirmando a educação e os direitos humanos como ferramenta para fortalecer o controle social. Nesse sentido o seu Projeto Político Pedagógico estabelece seu fazer educativo.

Define como sua missão qualificar a

intervenção de sujeitos para atuação em espaços de controle social de políticas públicas, fortalecendo e desencadeando processos de participação popular fundamentais para a promoção e defesa dos direitos humanos e para o exercício da democracia. Poderão participar das formações conselheiras e conselheiros tutelares, de direitos, de políticas públicas, estudantes, sociedade civil, movimentos populares, servidores/as públicos/as e populações historicamente vulnerabilizadas como povos indígenas, camponeses, quilombolas, quebradeiras de coco entre outras.

As formações oferecidas são gratuitas, e tem como objetivo a promoção a educação formal e não formal, com foco na formação para atuação nos espaços de controle social e participação popular.

A fundamentação pedagógica da Escola dos Conselhos advém do Marco de Referência da Educação Popular para as Políticas Públicas de 2014, e o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos – PNEHDH, que trabalha as diferentes concepções que permeiam o processo de aprendizagem e as determinações socioculturais da Prática Pedagógica. Estes instrumentos encontram amparo na Constituição de 1988, que estabelecem os marcos da democracia participativa, destacando que constituem os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, no seu Artigo 3º, Incisos de I a IV.

Nessa perspectiva, a Escola dos

Conselhos compreende a educação como um processo coletivo de aprendizagem que tem como horizonte a emancipação humana, nesse sentido a valorização dos saberes locais, do acesso aos conhecimentos científicos e da realidade concreta dos sujeitos, possibilitando a expansão da criatividade e imaginação para o exercício da cidadania ativa, a defesa e promoção dos direitos humanos.

A Escola dos Conselhos integra a estrutura da SEDIHPOP, estando alinhada à sua missão e visão, sendo vinculada ao gabinete do Secretário de Estado, o qual responde por suas ações. Desta forma, as ações da Escola devem considerar o Planejamento Institucional da SEDIHPOP, o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos e as demandas dos conselhos de direitos, de políticas públicas,

tutelares, prefeituras municipais, além de outras instâncias de controle social e participação popular. Para assegurar a transversalidade, intersectorialidade e unidade das ações formativas, a Escola manterá uma articulação permanente com o Fórum Interconselhos, conselhos tutelares, instituições de ensino público, agências e fundações públicas de financiamento e pesquisa.

A realização das ações da Escola é descentralizada, obedecendo a critérios de territorialidade, socioeconômicos e identidade étnica, política e cultural, abrangendo a realidade do campo e da cidade. Com o intuito de ser um espaço de articulação de diversas experiências de qualificação em participação popular.



Cursistas durante atividade do Módulo I do Curso Básico em Controle Social e Participação Popular, no município de Paço do Lumiar – MA / Foto: Arquivo Escola dos Conselhos.



O Instrutor Danilo Serejo, em momento formativo do Módulo II do Curso Básico em Controle Social e Participação Popular, no município de Paço do Lumiar – MA / Foto: Arquivo Escola dos Conselhos.



A Instrutora Andressa Brito, em momento formativo do Módulo III do Curso Básico em Controle Social e Participação Popular, no município de Paço do Lumiar – MA / Foto: Arquivo Escola dos Conselhos.



Cursistas e convidados presentes na Cerimônia de encerramento do Curso Básico em Controle Social e Participação Popular, no município de Paço do Lumiar – MA / Foto: Arquivo Escola dos Conselhos.



Palestra de Encerramento do Curso Básico em Controle Social e Participação Popular, no município de Paço do Lumiar – MA / Foto: Arquivo Escola dos Conselhos.



O Instrutor Luís Inocêncio, procedendo a entrega dos certificados aos participantes do Curso Básico em Controle Social e Participação Popular, no município de Paço do Lumiar – MA, / Foto: Arquivo Escola dos Conselhos.



O Assessor Sênior Tainan Pereira, em momento formativo do Curso Básico em Controle Social e Participação Popular, na Comunidade Inhaúma, Zona Rural de São Luís – MA / Foto: Arquivo Escola dos Conselhos.



A Instrutora Aline Mendes assiste apresentação dos cursistas em momento formativo do Curso Básico em Controle Social e Participação Popular, na Comunidade Nova Terra, Zona Rural de São Luís – MA / Foto: Arquivo Escola dos Conselhos.



Entrega de certificados aos participantes do Curso Básico em Controle Social e Participação Popular, no município de Santa Filomena – MA, atendido pelo Plano Mais IDH / Foto: Arquivo Escola dos Conselhos.



Entrega de certificados aos participantes do Curso Básico em Controle Social e Participação Popular, no município de Buriti Bravo – MA / Foto: Arquivo Escola dos Conselhos.



A Professora Mari-Silva Maia, em momento formativo do Módulo II do Curso de Formação em Agentes de Mediação de Conflitos, no município de São Luís - MA / Foto: Arquivo Escola dos Conselhos.



Participantes do Curso de Formação em Agentes de Mediação de Conflitos, no município de São Luís - MA / Foto: Arquivo Escola dos Conselhos.

No ano de 2020, em função da pandemia de Covid-19, o Governo do Estado, seguindo recomendação da Organização Mundial de Saúde - OMS publica o Decreto nº 35.677 de 21/03/20, estabelecendo a suspensão de atividades não essenciais que possibilitem a aglomeração de pessoas em equipamentos públicos e/ou de uso coletivo. Por isso, foi necessário que a equipe fizesse o replanejamento das atividades propostas inicialmente, inclusive modificando a modalidade de ensino de presencial para Educação a Distância. Nesse sentido, para a execução das atividades foi utilizada a plataforma de cursos Participa MA<sup>1</sup>, o canal no Youtube Direitos Humanos Maranhão<sup>2</sup> da Sedihpop, e plataformas gratuitas que possibilitam transmissão ao vivo e reuniões online.

Desta forma, a Escola dos Conselhos realizou, naquele ano, o Projeto “Interligados Rede DH”; Ciclo de Oficinas para Conselheiros/as - Como usar as tecnologias digitais nos processos de participação popular, Ciclo de Oficinas Comunicação em Redes Sociais Digitais, o webinar “Violência contra criança e adolescente e escuta especializada” e seis os cursos abertos, além do Curso

de Formação Básica de Conselheiro/as, todos na modalidade EAD<sup>3</sup>.

No total foram 14 ações formativas online (129 horas) das quais participaram 1.651 pessoas, abrangendo 127 municípios<sup>4</sup>, sendo 110 maranhenses e 14 municípios de outros sete estados brasileiros.

Caracterizada pelas lives, o Projeto Interligados Rede DH promoveu nos a difusão de informações seguras em saúde, políticas públicas enfrentamento à Covid-19 e as orientações de cuidado e autocuidado em tempos da pandemia. Dentre os temas abordados, tem-se: Fake News e as narrativas sobre Coronavírus, Como manter a saúde mental na quarentena, Direitos trabalhistas em tempos de crise econômica e sanitária. Ainda na perspectiva de atender demandas de formação suscitada pelo momento pandêmico, se realizou o Ciclo de Oficinas Comunicação em Redes Sociais Digitais e Ciclo de Oficinas para Conselheiros/as - Como usar as tecnologias digitais nos processos de participação popular.

Outra iniciativa de destaque nesse período foi o Webinar “Violência contra criança e adolescente e escuta especializada”,

<sup>1</sup> Plataforma de Cursos desenvolvida pela equipe da superintendência da Participação Digital da Secretaria Adjunta de Participação Popular. Disponível em: <https://cursos.participa.ma.gov.br/>

<sup>2</sup> <https://www.youtube.com/channel/UCd9rxUfqioYLdS9xefAc9bQ>

<sup>3</sup> Diante da pandemia do Covid-19, as atividades foram redimensionadas e oferecidas online.

realizado durante dois a partir uma plataforma de videoconferência. Para esta atividade foram realizadas várias ações de articulação e mobilização para que a discussão não se centrasse apenas na capital, tendo em vista o desafio que a rede de atendimento a crianças e adolescente em nível estadual tem para compreender, cumprir e cobrar o que determina a legislação sobre Escuta Especializada (Lei no. 13.431/2017). Como resultado se teve mais de 230 inscritos, de 46 municípios maranhenses, mais 07 municípios de outros cinco estados brasileiros.

Um passo para a estruturação da EAD foi o desenvolvimento de Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) próprio alocado Participa MA e oferta de cursos abertos, nos quais os conteúdos são disponibilizados e cada educando/a pode ter acesso ao conteúdo de acordo com o seu tempo.

Os cursos focaram no conhecimento de legislações básicas de políticas

setoriais e outras temáticas de interesses dos mecanismos de controle social e participação popular, além de outros públicos. Inicialmente foram disponibilizados três cursos: Estatuto do Idoso e sua Aplicação, Conhecendo os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e Estatuto da Criança e do Adolescente e sua aplicação, com 20h, cada.

Até o final daquele ano, se inscreveram 263 pessoas, de 34 municípios maranhenses. Dos inscritos, 100 se identificaram como conselheiros/as e 69 concluíram a formação.

Apesar dos desafios para obter recursos humanos e tecnológicos necessários a essa ação, os resultados alcançados foram animadores, como o aumento no número de inscritos, especialmente da participação de conselheiros/as de direitos e tutelares, da abrangência territorial e diversidade de municípios atingidos.

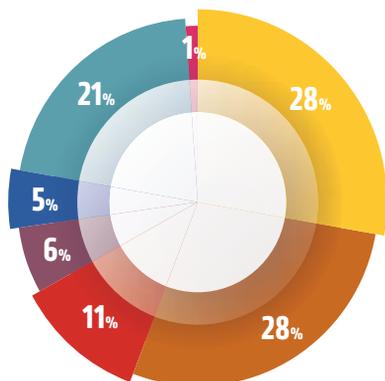
Para garantir a realização dessas

---

<sup>4</sup>Municípios maranhenses (112): Açailândia, Alto Alegre do Pindaré, Alto Parnaíba, Anajatuba, Araioses, Ariri, Bacabal, Bacabeira, Balsas, Barreirinhas, Bequimão, Brejo, Buriti Bravo, Buriticupu, Carolina, Carutapera, Caxias, Cedral, Central do MA, Cidelândia, Chapadinha, Codó, Coelho Neto, Coroatá, Cururupu, Dom Pedro, Estreito, Godofredo Viana, Grajaú, Graça Aranha, Guimarães, Icatu, Igarapé do Meio, Imperatriz, Itapecuru, Mirim, Fortuna, João Lisboa, Luís Domingues, Matinha, Matões, Matões do Norte, Mirador, Mirinzal, Miranda do Norte, Monção, Morros, Olho D'água das Cunhãs, Paço do Lumiar, Palmeirândia, Pasto Bons, Pedreiras, Peritoró, Pirapemas, Porto Franco, Pinheiro, Presidente Vargas, Primeira Cruz, Riachão, Ribamar Figueira, Santa Helena, Santa Inês, Santa Quitéria, Santa Rita, Santo Amaro, Santo Antônio dos Lopes, São Bento, Santa Luzia, São João do Soter, São João dos Patos, São José de Ribamar, São Luís Gonzaga, São Mateus, Serrano, Timon, Urbano Santos, Vargem Grande, Vila Nova dos Martírios, Vitória do Mearim, Axixá, São João Paraíso, Campestre do Maranhão, Humberto de Campos, Paulino Neves, Nina Rodrigues, Belágua, Passagem Franca, Parnarama do Maranhão, Governador Edson Lobão, Pindaré Mirim, Presidente Dutra, Rosário, Lago do Mato, Centro do Guilherme, Monção, Raposa, Olinda, Tutóia, Brejo de Areia, Estreito, São Raimundo das Mangabeiras, Belo Horizonte, Apicum-açu, São Luís, Magalhães de Almeida, Nova Colinas, Paraibano, Porto Rico do Maranhão, Presidente Juscelino, Sucupira do Norte, Trizidela do Vale, Tuntum, Zé Doca; Outros Estados - Piauí (06): Parnaíba, Bela Vista, Lagoa Alegre, Pedro Laurentino, São Francisco do PI, Teresina; Minas Gerais (02): Coronel Fabriciano e Belo Horizonte; Paraná (02): Curitiba e Almirante Tamandaré; Ceará (01): Sobral; Rio de Janeiro (01): Rio de Janeiro; São Paulo (01): Santa Clara D'oeste; Bahia (01): Boquira.

atividades online a articulação de parcerias internas e externas foi fundamental, para dispor de um quadro de facilitadores/as colaboradores/as de diferentes áreas do conhecimento,

tradução em Libras dos vídeos, a dedicação da equipe em aprender sobre metodologias e tecnologias EAD para cumprir os objetivos propostos.



### Perfil dos inscritos na plataforma EAD/2020

- Mulheres
- Negros
- Conselheiros(as) de Diretos ou Políticas Públicas
- Poder Oúblico
- Conselheiro(a) Tutelar
- Não Conselheiros(as)
- Com Deficiência

Em 2021, o cenário se caracterizou pelo acirramento das violações de direitos, ameaças à democracia, empobrecimento e restrição orçamentária devido aos custos emergenciais que o Estado teve para cuidar dos impactos da pandemia.

A Escola dos Conselhos Elisângela Correia Cardoso deu seguimento a execução de seu planejamento com a disponibilização de oito cursos autoinstrucionais e a implementação do credenciamento de servidores/as públicos para atuar na instrutória de cursos.

Devido às restrições sanitárias, todas as formações permaneceram no formato online. Novos cursos e metodologias foram elaborados e articulados para realização no ano seguinte.

Dessa forma, a Escola finaliza o ano com 706 inscrições no geral e abrangendo 111 municípios, sendo 86 no Maranhão e 25 de outros 13 estados de diversas regiões do Brasil.

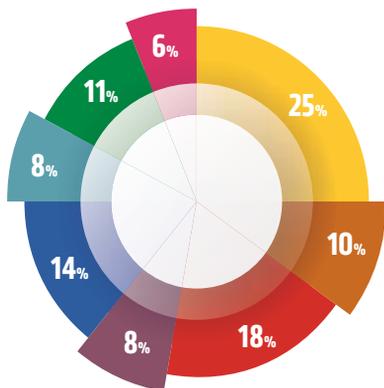
Em termos de interesse pelas formações disponibilizadas, o Curso Estatuto da Criança e do Adolescente e sua Aplicação é o que tinha maior número de inscritos, com 173 pessoas, seguido do Curso Noções Básicas em Direitos Humanos e Pessoas com Deficiência, com 126 inscritos, enquanto o Curso Aberto Formação Básica de Conselheiros/as tinha 99 participantes. Já a Oficina de Redes Sociais Digitais e o Curso Estatuto do Idoso e sua aplicação tinham 77 e

74 inscritos, respectivamente. A Oficina de Tecnologia Digital contava com 60 participantes e o Curso Estatuto da Juventude e Protagonismo Juvenil, lançado no segundo semestre de 2021, tinha 44 inscritos.

Esses dados demonstram o interesse pelos cursos, embora isso não se converta em certificação, em sua totalidade, pois ao mesmo tempo em que demonstram a potência da Educação a Distância, também apontam o desafio da permanência dos cursistas.

Durante o primeiro semestre de 2021, a escala de trabalho alternou entre trabalho remoto e trabalho híbrido. Já no segundo semestre, com a evolução da cobertura vacinal no estado do Maranhão, a equipe da Escola voltou ao trabalho 100% presencial, alternado entre os turnos matutino e vespertino. Os esforços locais para ampliar a vacinação, encorajou a Escola a planejar, junto a seus parceiros internos e externos, a execução de atividades presenciais para os meses de outubro, novembro e dezembro de 2021. Entretanto, questões de ordem logística e orçamentária, bem como a revisão das prioridades no planejamento de alguns parceiros, acabaram impactando neste planejamento e resultando na realocação destas atividades para o primeiro semestre de 2022.

## Participação nos Cursos em 2021



Estatuto da Criança e do Adolescente e sua Aplicação

Noções Básicas em Direitos Humanos e Pessoas com Deficiência

Formação Básica de Conselheiros(as)

Oficina de Redes Sociais Digitais

Estatuto do Idoso e sua Aplicação

Conhecendo os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS

Oficina de Tecnologia Digital

Estatuto da Juventude e Protagonismo Juvenil

Em 2022, a Escola dos Conselhos Elisângela Correia Cardoso concretizou o retorno das ações na modalidade presencial, realizando o Curso de Formação Básica de Conselheiros/as em Buriticupu e Viana, Formação Básica para o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável de Itapecuru-Mirim, Formação Básica para o Conselho Estadual de Pessoas com Deficiência, Formação em Direitos Humanos e Políticas Públicas para Mulheres Indígenas em nove territórios, além de ter sido parceira em ações formativas da Adjunta de Mais IDH, Núcleo de Educação em Direitos Humanos e Núcleo de Educação Popular.

As atividades a distância foram mantidas e ampliadas, sete cursos foram disponibilizados na plataforma: Curso Estatuto da Criança e do Adolescente e sua Aplicação, Curso Estatuto do Idoso e sua aplicação, Curso Noções básicas em Direitos Humanos e Pessoas com Deficiência, Curso Conhecendo os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, Formação Básica para Conselheiras e Conselheiros, Estatuto da Juventude e Protagonismo Juvenil e Oficinas de tecnologias digitais. Sem contar o projeto Oficina de Redes Sociais Digitais, que foi descontinuado em março.

A partir do acirramento dos conflitos violentos e a mobilização dos

movimentos sociais, a SEDIHPOP incluiu entre as prioridades de seu planejamento estratégico a “articulação de ações de enfrentamento às desigualdades socioambientais, econômicas e culturais e à violência contra as populações urbanas e rurais, entre elas as populações de comunidades tradicionais”. Nesse contexto, foi criada a Secretaria Adjunta dos Direitos dos Povos Indígenas (SADPI) e a Secretaria Adjunta de Povos e Comunidades Tradicionais.

Dessa forma, se estabeleceu uma parceria com a SADPI para a realização do Ciclo de Formação em Direitos Humanos e Políticas Públicas para Mulheres Indígenas, a partir de uma demanda do movimento social. Para conceber este trabalho, a equipe pedagógica da Escola dos Conselhos realizou pesquisas e estudos sobre a história dos povos originários do Brasil e do Maranhão, destacando a participação política de mulheres indígenas. O curso, então, abordou conteúdos básicos sobre democracia, direitos humanos e políticas públicas, além dessa sessão específica sobre o protagonismo indígena.

Foram realizadas nove formações, abrangendo 444 mulheres de sete etnias, nove Terras Indígenas e 26 aldeias. Inédita na administração pública estadual, essa ação oportunizou o protagonismo local de lideranças mulheres nas terras indígenas, a ampliação da participação

feminina na discussão de temas sociais e uma aprendizagem institucional na formulação de conteúdo e metodologia de ensino. As parcerias da Adjunta de Povos Indígenas com organizações da sociedade civil foram fundamentais para a realização dos eventos formativos. A partir dessa experiência, são demandados cursos para povos e comunidades tradicionais, e povos de terreiros, a serem implementados em 2023.

Também se destaca neste ano, a participação da Escola dos Conselhos na construção da Rede Estadual de Escolas de Governo do Maranhão, idealizada pela Escola de Governo (EGMA), com o objetivo de promover a cooperação

recíproca entre as escolas de governo, implementando ações conjuntas relacionadas ao aperfeiçoamento do potencial do ser humano.

Ao avaliar as atividades desenvolvidas pela Escola dos Conselhos Elisângela Correia Cardoso em 2022, tendo em vista o cenário nacional, os desafios locais, e os impactos de uma pandemia, percebe-se o seu fortalecimento enquanto um espaço facilitador e criativo na promoção de ações de capacitação e formação que potencializam a consciência crítica, o controle social, a participação popular e o exercício democrático para o aperfeiçoamento das políticas públicas e defesa dos direitos humanos.

## **CONSIDERAÇÕES SOBRE O CICLO 2018-2022**

Durante o ciclo de 2018 a 2022, o referencial da Educação Popular se mostrou eficaz nos processos formativos e a perspectiva histórica da formação social do país em diálogo com categorias fundamentais como direitos humanos, democracia, políticas públicas e controle social demonstrou dar subsídio teórico e prático para que pessoas de diferentes níveis de escolaridade e participação social conheçam o funcionamento do Estado e dos mecanismos de participação e controle social.

Talvez por isso, o Curso de Formação Básica de Conselheiros e Conselheiras é curso com maior número de inscritos, tanto numa ação direta e presencial nos municípios como na modalidade

EAD. Este é um dos primeiros curso do catálogo, frequentemente atualizado, e se consolidou como uma estratégia para formação inicial de membros dos diversos conselhos e instâncias de participação popular.

A Educação a Distância (EAD), para além de solução emergencial durante a pandemia, possibilitou a ampliação do público participante das formações e da abrangência territorial das ações. Nos anos de 2018 e 2019, as formações presenciais alcançaram 2.230 pessoas, com a EAD a participação de 2020 a 2022 aumentou para 4.162 cursistas, o que significa 26% a mais de participantes, na média anual. Já em termos territoriais, as ações presenciais chegaram a 41

municípios e os cursos online a 154 municípios, ampliando a cobertura em 155%, considerando a média anual do período de 2020 a 2022. Permanece o desafio de aumentar o investimento em tecnologias educacionais para melhor experiência no ambiente virtual e gestão dos dados.

Com o retorno das ações presenciais e os resultados do Ciclo de Formação em Direitos Humanos e Políticas Públicas para Mulheres Indígenas, a perspectiva

é de ampliar as atividades de formação voltada para o aperfeiçoamento da intervenção dos conselhos de direitos e tutelares e aumento da presença da população do campo e da cidade historicamente excluída em espaços de controle social e participação popular, bem como o fortalecimento institucional da Escola dos Conselhos, em conformidade com os compromissos da gestão estadual.



Equipe da Escola dos Conselhos recebendo menção honrosa pelos serviços prestados aos direitos humanos no Maranhão / Foto: Arquivo Escola dos Conselhos.



A Instrutora Gerusa Silva, em momento formativo do Curso de Formação em Direitos Humanos e Políticas Públicas para Mulheres Indígenas, realizado na Aldeia Massaranduba, T.I. Caru, município de Bom Jardim – MA / Foto: Arquivo Escola dos Conselhos.



Mulheres Guajajara e Awa Guajá em momento de acolhida do Curso de Formação em Direitos Humanos e Políticas Públicas para Mulheres Indígenas, realizado na Aldeia Massaranduba, T.I. Caru, município de Bom Jardim – MA / Foto: Arquivo Escola dos Conselhos.



Cursista observando a sistematização das discussões elaboradas durante o Curso de Formação em Direitos Humanos e Políticas Públicas para Mulheres Indígenas, realizado na Aldeia Massaranduba, T.I. Caru, município de Bom Jardim – MA / Foto: Arquivo Escola dos Conselhos.



A Assessora Sênior Maria Ângélica Paixão Frazão, em momento formativo do Curso de Formação em Direitos Humanos e Políticas Públicas para Mulheres Indígenas, realizado na Aldeia Três Irmãos, T.I. Cana Brava, município de Barra do Corda – MA / Foto: Arquivo Escola dos Conselhos.



Apresentação da sistematização das discussões elaboradas durante o Curso de Formação em Direitos Humanos e Políticas Públicas para Mulheres Indígenas, realizado na Aldeia Três Irmãos, T.I. Cana Brava, município de Barra do Corda – MA / Foto: Arquivo Escola dos Conselhos.



Entrega de certificados às participantes do Curso de Formação em Direitos Humanos e Políticas Públicas para Mulheres Indígenas, realizado na Aldeia Escalvado, T.I. Kanela, município de Fernando Falção – MA / Foto: Arquivo Escola dos Conselhos.



Entrega de certificados às participantes do Curso de Formação em Direitos Humanos e Políticas Públicas para Mulheres Indígenas, realizado na Aldeia Porquinhos, T.I. Porquinhos, município de Fernando Falcão – MA / Foto: Arquivo Escola dos Conselhos.



A Supervisora Ivana Braga, em momento formativo do Curso de Formação em Direitos Humanos e Políticas Públicas para Mulheres Indígenas, realizado na Aldeia São José, T.I. Krikati, município de Montes Altos – MA / Foto: Arquivo Escola dos Conselhos.



Entrega de certificados às participantes do Curso de Formação em Direitos Humanos e Políticas Públicas para Mulheres Indígenas, realizado na Aldeia São José, T.I. Krikati, município de Montes Altos – MA / Foto: Arquivo Escola dos Conselhos.



Apresentação da sistematização das discussões elaboradas durante o Curso de Formação em Direitos Humanos e Políticas Públicas para Mulheres Indígenas, realizado na Aldeia Juçaral, T.I. Araribóia, município de Amarante do Maranhão – MA / Foto: Arquivo Escola dos Conselhos.



Participantes do Curso de Formação em Direitos Humanos e Políticas Públicas para Mulheres Indígenas, realizado na Aldeia Januária, T.I. Rio Pindaré, município de Bom Jardim – MA / Foto: Regis Guajajara.



Participantes do Curso de Formação em Direitos Humanos e Políticas Públicas para Mulheres Indígenas, realizado na Aldeia Governador, T.I. Governador, município de Amarante do Maranhão – MA / Foto: Arquivo Escola dos Conselhos.



Participantes da Formação Básica para o Conselho Estadual da Pessoa com Deficiência, realizado no município de São Luís – MA / Foto: Arquivo Escola dos Conselhos.



Apresentação dos cursistas em momento formativo do Curso Básico em Controle Social e Participação Popular, no município de Buriticupu - MA / Foto: Arquivo Escola dos Conselhos.

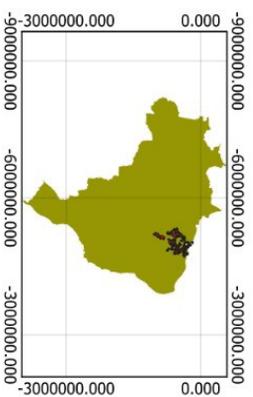
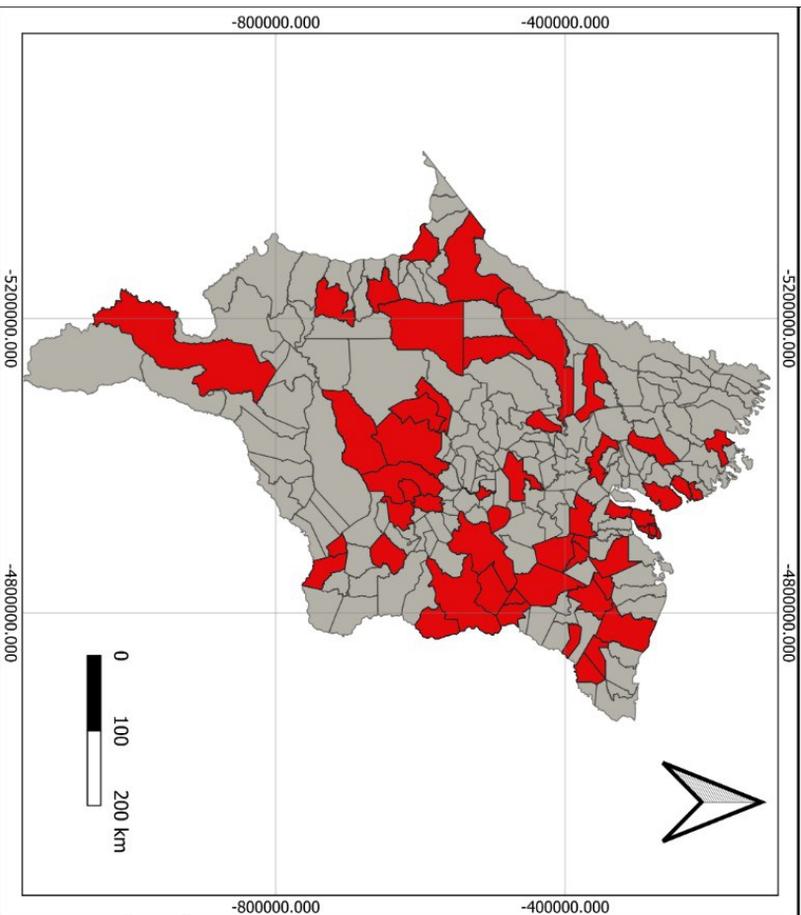


Entrega de certificados aos participantes do Curso Básico em Controle Social e Participação Popular, no município de Viana – MA / Foto: Arquivo Escola dos Conselhos.



A Diretora Maria Gorete Sousa (à esquerda) representando a SEDIHPOP em ato de criação da Rede Estadual de Escolas de Governo / Foto: ASCOM EGMA.

# Municípios atendidos pela Escola dos Conselhos Elisângela Correia Cardoso 2018 a 2022



**Legenda:**  
■ Municípios atendidos

**Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e  
Participação Popular**

Escola dos Conselhos Elisângela Correia Cardoso

Sistema de Referência: SIRGAS 200 ZZZ

Sistema de Projeção: UTM

Responsável Técnico:

Pedro Vitor Ramos Araújo

Fonte: Instituto Brasileiro  
de Geografia e Estatística



## PODER EXECUTIVO

### LEI Nº 10.714, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017.

Cria a Escola dos Conselhos no âmbito da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular - SEDIHPOP.

#### O GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO,

Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembleia Legislativa do Estado decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica criada a Escola dos Conselhos no âmbito da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular -SEDIHPOP.

**Art. 2º** A Escola dos Conselhos é um espaço permanente de formação e capacitação dos conselheiros de direitos e conselheiros tutelares, bem como dos cidadãos, com foco na participação popular na Administração Pública.

**Art. 3º** Ficam criados os cargos comissionados conforme o disposto no Anexo Único desta Lei.

**Parágrafo único.** Os cargos comissionados criados neste artigo integrarão a estrutura da SEDIHPOP e serão utilizados especificamente no âmbito da Escola dos Conselhos, para os fins dispostos nesta Lei.

**Art. 4º** Aplicar-se-ão as regras relativas à gratificação por encargo de instrutoria no âmbito da EGMA, dispostas na Lei nº 10.235, de 13 de maio de 2015, e no Decreto nº 31.608, de 8 de abril de 2016, aos instrutores da Escola dos Conselhos.

**Art. 5º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e a execução da presente Lei pertencerem que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém. O Excelentíssimo Senhor Secretário-Chefe da Casa Civil a faça publicar, imprimir e correr.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO, EM SÃO LUÍS, 14 DE NOVEMBRO DE 2017, 196º DA INDEPENDÊNCIA E 129º DA REPÚBLICA.

FLÁVIO DINO  
Governador do Estado do Maranhão  
MARCELO TAVARES SILVA  
Secretário-Chefe da Casa Civil



ESCOLA ELISÂNGELA  
CORREIA CARDOSO  
**SEDIHPOP**



SEDIHPOP

[sedihpop.ma.gov.br](http://sedihpop.ma.gov.br)  
[cursos.participa.ma.gov.br](http://cursos.participa.ma.gov.br)